

RESENHA: A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita

REVIEW: A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita


RIBEIRO, N. de F. **A questão geopolítica da Amazônia:** da soberania difusa à soberania restrita. Brasília, DF: Edições do Senado Federal, 2005. 596 p.

Resumo: O livro *A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita* aborda a evolução da importância da Amazônia e da soberania brasileira sobre a região. Nelson Ribeiro, autor do livro, destaca a crescente atenção internacional à Amazônia, especialmente durante a Segunda Guerra Mundial devido ao interesse na borracha e aos esforços de guerra. Ribeiro também discute as tentativas de internacionalização da Amazônia e a reação dos países amazônicos, além de programas de intervenção estatal na região. O autor analisa a exploração mineral na Amazônia e a pressão internacional sobre o Brasil, enfatizando a estratégia diplomática brasileira para defender o desenvolvimento sustentável da região, incluindo o projeto de monitoramento ambiental do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) e do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam).

Palavras-chave: Amazônia; soberania; geopolítica.

Abstract: The book *A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita* [The geopolitical issue of the Amazon: from diffuse sovereignty to restrict sovereignty] approaches the Evolution of the importance of the Amazon and of Brazilian sovereignty over the region. Nelson Ribeiro, author of the book, highlights the increasing International attention to the Amazon, especially during the Second World War due to the interest in the rubber and the war efforts. Ribeiro also discusses the attempts of internationalization of the Amazon and the reaction of the Amazonian countries, in addition to state intervention programs in the region. The author analyzes the mineral exploration in the Amazon and the International pressure on Brazil, emphasizing the Brazilian diplomatic strategy to defend the sustainable development of the region, including the project of environmental monitoring of the Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM – Amazon Vigilance System) and the Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM – Amazon Protection System).

Keywords: Amazon; sovereignty; geopolitics.

Everaldo Bastos Furtado 
Exército Brasileiro. Escola Comando e
Estado-Maior do Exército
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
bastos.isv@gmail.com

Recebido: 21 ago. 2023

Aprovado: 25 set. 2023

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



O espraiamento do conceito de segurança – para além do enfoque político e militar, passando a considerar outras áreas como a humana e a ambiental – que se segue com o fim da Guerra Fria (1991) resultou na emergência do debate multilateral acerca da questão ambiental no mundo. A Amazônia e, conseqüentemente, o Brasil tem papel central nessa questão, e a degradação do bioma amazônico torna-se o mais novo instrumento da retórica internacional que tenta, desde meados do século XIX, impor ao Brasil uma soberania restrita sobre essa vasta parcela do território nacional.

Nesse diapasão, o amazônida Nelson Ribeiro, nascido na localidade de Terra Santa, distrito do município de Faro, Pará, no coração da Floresta Amazônica, descreve com singular propriedade as potencialidades e fragilidades daquele patrimônio nacional, assim como alerta que lideranças políticas e científicas dos países desenvolvidos, inclusive da própria Organização das Nações Unidas (ONU), ao afirmarem ostensivamente que a Amazônia é um patrimônio da humanidade, escancaram estratégias para restringir a soberania do Brasil sobre a região.

O livro está estruturado em cinco partes, articulado em 72 capítulos que se interligam dentro de uma seqüência cronológica dos fatos e acontecimentos descritos. O resgate do processo histórico de construção da soberania do Brasil sobre a sua porção do bioma amazônico norteou a análise do autor. Nesse sentido, Nelson Ribeiro começa sua análise mostrando como a partilha das terras do novo mundo, descobertas por Espanha e Portugal, configurou a geopolítica amazônica durante o Período Colonial.

Nesse íterim, a primeira parte denominada: “A Amazônia Espanhola e a Amazônia Portuguesa: do Tratado de Tordesilhas (1494) ao Tratado de Madri (1750)” aborda a fase inicial de domínio da região pela Espanha, conforme partilha feita pelo Tratado de Tordesilhas, passa pela fase de domínio luso-hispânico, resultado da União Ibérica (1580-1640) e finaliza com a fase de domínio português, inaugurada nos termos do Tratado de Madri.

Na primeira parte, o autor ressalta o descobrimento da foz do Amazonas pelo navegador espanhol Vicente Yañez Pinzón, no ano de 1500 e as repercussões geopolíticas dessa descoberta. Segue apresentando os efeitos geopolíticos da União Ibérica sobre a ocupação da foz do Rio Amazonas e da Amazônia interior por meio das expedições do navegador lusitano Pedro Teixeira. Caracteriza a soberania portuguesa na região a partir do Tratado de Madri e da estratégia de lançamento de fortificações nos principais pontos de passagem na bacia amazônica.

Também nessa parte, o autor expõe com muita propriedade como os mitos sobre as riquezas imensuráveis da Amazônia tendem a despertar a curiosidade e a cobiça dos estrangeiros. Assim, descreve como as primeiras notícias sobre as novas terras, chegando à Europa acompanhadas das lendas do Eldorado e das Índias Guerreiras, logo provocaram o interesse dos reinos e contribuíram para alimentar o espírito de aventura em busca por riquezas.

Na primeira parte, ainda, Nelson Ribeiro descreve a campanha de D. João VI, já instalado no Brasil, para a tomada de Caiena (1808), fortalecendo a posição portuguesa na geopolítica amazônica. Além disso, ressalta a adesão do Grão-Pará à independência e sua importância para a consolidação da soberania do Brasil independente quanto à Amazônia.

A segunda parte é intitulada “A Amazônia Brasileira” e abarca o período que vai da Independência do Brasil até o fim da Segunda Guerra Mundial (II GM). Nessa parte, o autor aborda três momentos que caracterizaram bem a geopolítica e a soberania brasileira sobre a Amazônia: a consolidação das fronteiras amazônicas (solução das questões do Amapá, Rio Branco e Acre);

os interesses dos Estados Unidos da América (EUA) na Amazônia e o impacto da economia da borracha na região.

Quanto à consolidação das fronteiras amazônicas, o autor destaca a estratégia diplomática de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco, para alcançar solução favorável ao Brasil acerca das questões dos limites geográficos que ainda persistiam com a França (Questão do Amapá), com a Inglaterra (Questão do Rio Branco) e com a Bolívia (Questão do Acre).

No que tange aos interesses dos EUA na Amazônia, Ribeiro mostra que as primeiras investidas começaram já na segunda metade do século XIX, durante o Segundo Reinado, quando o governo americano pressionava D. Pedro II para abrir a região à livre navegação e ao assentamento de negros americanos, libertos após a Guerra da Secessão. Para o autor, esse momento inaugura a conjuntura de pressões estrangeiras sobre o Brasil, motivadas por interesses difusos acerca da Amazônia.

No que concerne a economia da borracha na Amazônia, Ribeiro apresenta o extrativismo do látex como a primeira atividade econômica que atraiu grandes fluxos migratórios para a Amazônia, impulsionando empreendimentos de infraestruturas como a estrada de ferro Madeira-Mamoré, o que fez surgir inúmeros vilarejos na região de fronteira com a Bolívia e contribuiu para a solução da questão de limites do Acre a favor do Brasil pelo princípio do *uti possidetis*.

O livro destaca que o ciclo da borracha alcançou seu auge na década de 1930 e a região amazônica obteve um grande impulso econômico com o extrativismo dessa matéria prima. A procura pelo látex, principalmente pelos EUA, acentuou-se nesse período, sobretudo pelo aumento dos interesses da indústria automobilística pela borracha. Além disso, para o autor, a eclosão da II GM ampliou a importância do produto no mercado internacional e fez com que a Amazônia se transformasse em uma zona de atenção para os esforços de guerra aliado. Assim, os EUA passaram a ser o país com maior interesse na Amazônia brasileira.

Na terceira parte do livro, intitulada “A Pan-Amazônia: uma nova ótica de abordagem geopolítica da região”, que vai do fim da II GM até o início da década de 1970, o autor mostra as primeiras tentativas de internacionalizar a Amazônia como “a tentativa de criação do Instituto Internacional da Hiléia” (2005, p. 204). Mostra em seguida a reação dos países amazônicos com o Tratado de Cooperação Amazônica, que buscou uma maior articulação de projetos visando a soberania daquele concerto de países sobre suas respectivas parcelas do bioma amazônico.

No âmbito interno, Ribeiro levanta programas de intervenção estatal na região amazônica a partir de 1946, que vão desencadear em um projeto maior: o Plano de Integração Nacional (PIN) e os grandes projetos mineiro-metalúrgicos.

Na quarta parte, intitulada: “A mundialização da questão ambiental e suas implicações sobre a geopolítica amazônica”, que vai da Conferência de Estocolmo (1972) até o fim da Guerra Fria (1991), o autor mostra como a emergência da questão ambiental no globo passou a moldar a geopolítica da Amazônia.

Nesse diapasão, Ribeiro ressalta a inauguração dos debates ambientais no palco da ONU, a partir da Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo (1972). Na esteira do Relatório “Nosso Futuro Comum”, encomendado pelo Clube de Roma, o autor apresenta a repercussão internacional da devastação ambiental da Amazônia e as pressões dos países desenvolvidos sobre os subdesenvolvidos para que interrompam a exploração ambiental, aí incluída a promovida pelo Brasil na Amazônia.

Ao ressaltar a conotação geopolítica das reações internacionais oficiais à devastação ambiental da Amazônia, Ribeiro alerta para os perigos daquelas manifestações à soberania do Brasil sobre o território amazônico. Em outro momento, o autor apresenta a reação do Brasil a essas ameaças, passando a enumerar e detalhar o advento da política nacional do meio ambiente, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), o Programa Calha Norte (PCN), o Programa Nossa Natureza, dentre outras ações de estado no intuito de demonstrar sua disposição para enfrentar o problema.

Encerrando a quarta seção, Ribeiro apresenta o auge das pretensões de internacionalização da Amazônia, presentes na alusão à criação de uma entidade supranacional para gerenciar o bioma amazônico, proposta na cúpula de Haia (1989). Apresenta, ainda, a resposta àquela proposta, consubstanciada na Declaração de Manaus (1889), cuja defesa da soberania dos países amazônicos sobre aquele bioma ficou explícita no trecho: “[...] o direito soberano de cada país de administrar livremente seus recursos naturais, tendo presente a necessidade de promover o desenvolvimento econômico e social de seu povo e a adequada conservação do meio ambiente” (2005, p. 346).

Na quinta parte, intitulada: “A Questão Geopolítica Amazônica: na transição do segundo para o terceiro milênio”, Ribeiro apresenta as facetas da exploração mineral na Amazônia e os efeitos que isso causa na geopolítica nacional. Mostra como a pressão internacional sobre o Brasil assume contornos de contestação da capacidade nacional para conter a degradação ambiental na Amazônia, resultando em ameaças e sanções no campo político e econômico.

Nessa última seção, o autor descreve a estratégia diplomática do Brasil no sentido de defender o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Nesse diapasão, mostra como a concepção e implantação do Sistema de Vigilância e Proteção da Amazônia (Sivam/Sipam), particularmente do Sipam, maior projeto de monitoramento ambiental do globo à época, foi capaz de dissuadir atos de fala de autoridades norte-americanas que contestavam a capacidade brasileira em proteger sua parcela do bioma amazônico.

Em síntese, o livro reúne dados históricos e informações sobre a Amazônia que vão desde o seu descobrimento até os dias atuais; descreve o patrimônio amazônico e relata as inúmeras tentativas de intervenção estrangeira; analisa e avalia a mundialização da questão ambiental nas três últimas décadas do século XX; alerta que a questão ambiental amazônica se tornou uma grave questão geopolítica internacional; alerta, ainda, que toda a sociedade deveria se preocupar com afirmações de lideranças políticas e científicas dos países desenvolvidos, que afirmam ostensivamente que a Amazônia é um patrimônio da humanidade; e pontua que esse problema tem que ser enfrentado com sabedoria e habilidade, no sentido de dissuadir quaisquer agressões à soberania nacional.

Por fim, a importância da obra para a compreensão dos contornos geopolíticos que a questão ambiental da Amazônia assume desde o último século foi muito bem definida pelo General de Exército Rubens Bayma Denys, também ex-ministro de Estado, ao concluir o prefácio da obra assim: “A Questão Geopolítica Amazônica é um livro de particular interesse para o pesquisador, mas também, e principalmente, para o homem público com responsabilidade funcional em relação à região” (2005, p. 28).